



Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.

Relatório e Contas de 2020



Índice:

<u>ÓRGÃOS SOCIAIS</u>	3
<u>RELATÓRIO DE GESTÃO</u>	4
INTRODUÇÃO	4
PRODUÇÃO	4
COMERCIAL	4
RECURSOS HUMANOS	5
ESTUDOS E INOVAÇÃO	7
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
BALANÇO	8
QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA	9
GESTÃO DA QUALIDADE	9
GESTÃO AMBIENTAL	9
GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	10
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
<u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS</u>	12
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	13
BALANÇO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	16
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	17
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	18
<u>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</u>	
<u>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</u>	



Órgãos Sociais

Conselho de Administração:

Presidente:	Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Administrador:	António Manuel Imaginário Cordeiro
Administrador:	José Paulo Veríssimo da Silva Maia Costa
Administrador:	Carlos Alberto Alves Gonçalves
Administrador:	Bernardo Pestana Boavida Salavessa

Mesa da Assembleia-geral:

Presidente:	António Jaime Agapito Monteiro Vieira Martins
Secretário:	Rute Paula Trancoso Mendes

Fiscal Único:

Efetivo:	CRC - Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.
Suplente:	Vítor Manuel Fernandes Marques



RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 caracterizou-se pela excecional circunstância da pandemia Covid 19.

A atividade da empresa e do mundo foram afetadas, tendo sido adotadas medidas de adaptação à nova realidade.

Mesmo assim, foram executadas sem interrupção e sem situações de maior gravidade as obras que nos foram consignadas.

Notou-se, no entanto, o adiamento e uma maior inércia na decisão de contratar por parte dos Donos de Obra.

2. PRODUÇÃO

A produção sofreu uma redução relativamente ao orçamento aprovado resultante do adiamento das consignações previstas, tendo, no entanto, a atividade da empresa decorrido sem sobressaltos.

Mantivemos todos os funcionários ativos, sem interrupção ou suspensão da atividade.

Destacam-se as obras de reabilitação estrutural da Ponte 25 de Abril em que a Stap, S.A. assumiu a direção técnica da reabilitação da viga de rigidez.

O desempenho económico das obras decorreu acima do previsto, sem desvios globais face ao orçamentado.

3. COMERCIAL

Durante o ano de 2020 verificou-se um aumento da taxa de adjudicação relativamente ao ano anterior, atingindo um valor superior a 23%, sendo o valor global proposto superior a 25 M€. Em 2020, houve um acréscimo em relação ao ano anterior, do valor global de propostas apresentadas de 11%.

Mantém-se a prevalência do número de propostas enviadas para clientes privados em relação às respostas a procedimentos públicos, em linha com os três anos anteriores.

Em 2020, a ordem de grandeza do valor total adjudicado em sede de procedimento público foi superior ao adjudicado por via de consultas de clientes privados.

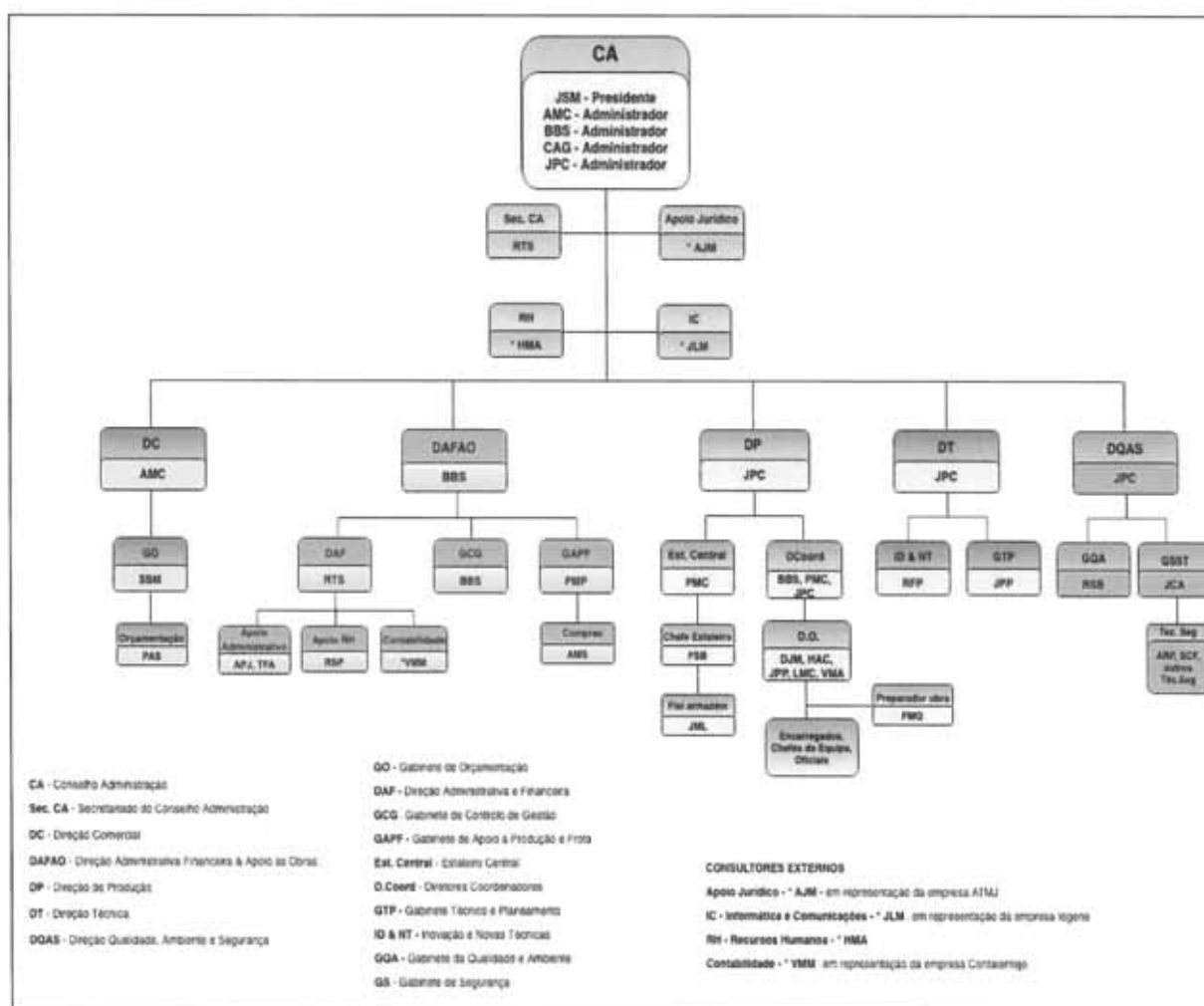
No que se refere à análise da origem das propostas, verificou-se que, das propostas apresentadas, 51,9% tiveram origem em convite privado dirigido à STAP – tendo os restantes 48,1 % sido resposta a concurso público.

4. RECURSOS HUMANOS e ORGANIZAÇÃO

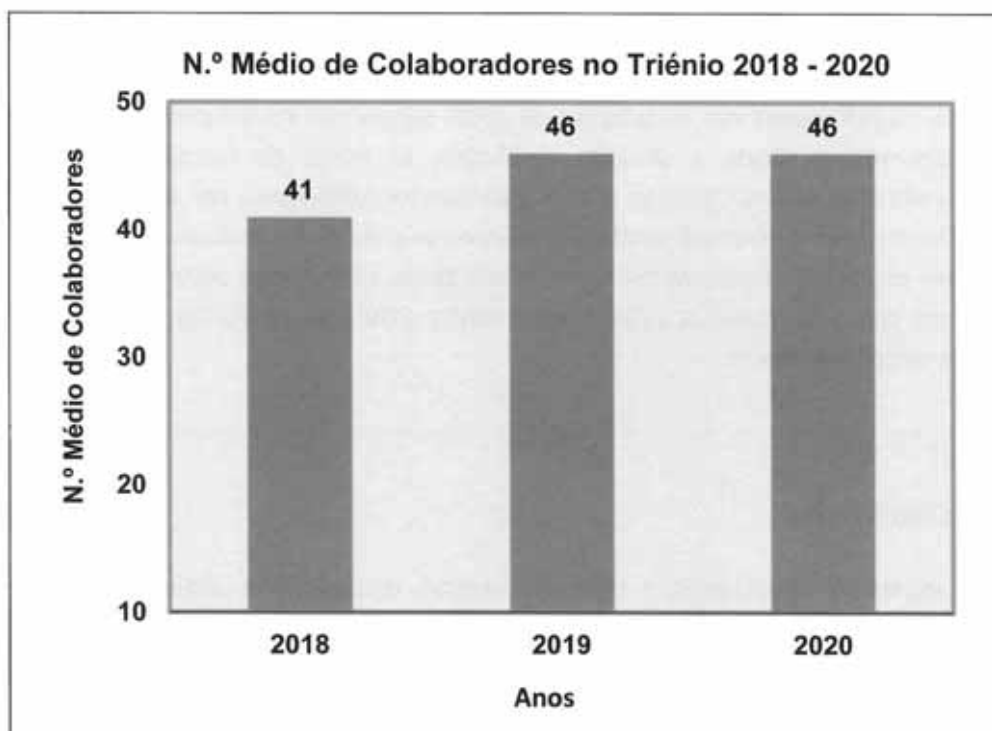
Relativamente ao ano 2020, manteve-se a média do número de trabalhadores ao serviço da empresa. A atual estrutura continua a garantir o cumprimento técnico e de produção face às exigências do mercado. A empresa continua a recorrer a outsourcing, sempre que necessário.

A estrutura orgânica da empresa manteve-se em relação ao ano anterior, disponibilizando-se os seus serviços nas várias obras ao longo de todo o País, com o apoio administrativo e técnico dos escritórios em Algés, Porto e Portimão.

A configuração organizacional no final do ano de 2020 é a seguinte:



O quadro seguinte ilustra o número médio de trabalhadores no último triénio:

A repartição média dos recursos humanos por tipologia de funções desempenhadas, discrimina-se de acordo com o seguinte:

Orgãos Sociais	2020	2019
Conselho Administração	5	4

O Conselho de Administração passou a ter 5 membros (Presidente Conselho de Administração e 4 Administradores), sendo que 3 não são remunerados.

Recursos Humanos / Função	2020	2019
Quadros Superiores e Médios	13	13
Encarregados	7	7
Técnicos de Obra	17	17
Técnicos Segurança	3	3
Administrativos e Armazém	6	6
TOTAL	46	46

A Política de Recursos Humanos continua a ter em consideração as mudanças que ocorrem na Empresa e no mercado em que atua, tendo em conta a estrutura da Empresa e as necessidades de



formação dos seus colaboradores. Em 2020, apesar da situação pandémica por COVID 19, a Empresa continuou a realizar as suas obras por todo o País. As áreas administrativas ficaram asseguradas por um mínimo de trabalhadores nas instalações da sede, sendo que foi adaptado o teletrabalho aos restantes colaboradores. Dada a situação verificada, as horas de formação por trabalhador diminuíram significativamente. Contudo, a formação interna continuou a ser administrada nos locais de trabalho (Obras), com o principal domínio na segurança e saúde no trabalho. Esta formação, além de incidir sobre os aspetos relacionados com as atividades executadas, teve também um enfoque particular, neste ano, nas questões relacionadas com a COVID19, de forma a prevenir e evitar o contágio entre os colaboradores.

5. ESTUDOS E INOVAÇÃO

Mantendo a aposta na investigação e desenvolvimento, divulgação e participação em iniciativas técnicas e científicas no âmbito da reabilitação estrutural, a STAP continua em colaboração com as principais universidades do país a testar soluções que permitam dar resposta as exigências do mercado. Destaca-se a reabilitação sísmica das construções antigas, campo de especial apetência técnica da STAP.

6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

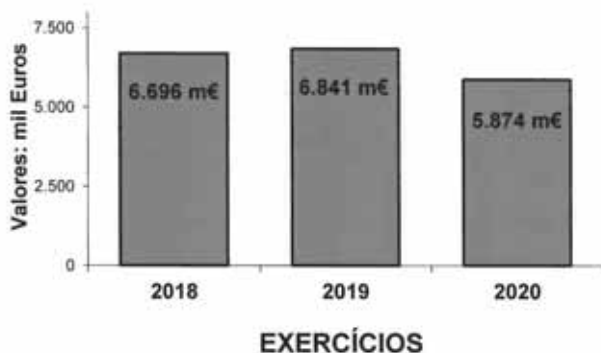
Demonstração dos resultados

A STAP apresentou em 2020 um resultado líquido positivo de 90 m€.

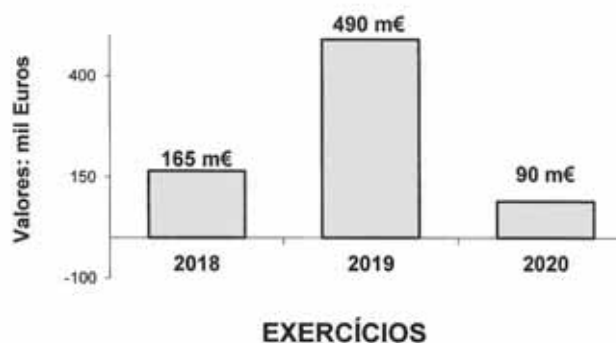
O volume de negócios verificado no exercício de 2020 (5.874 m€) teve uma diminuição de 14% em relação ao exercício de 2019 (6.841 m€), ficando também abaixo do previsto no orçamento (8.000 m€). A situação de pandemia que atravessamos, esteve na origem de uma série de adiamentos de investimentos e adjudicações previstas para 2020, principalmente no segundo semestre do ano, o que se refletiu na diminuição no volume de negócios e nos resultados operacionais da sociedade, sendo que estes passaram de 700.240€ no exercício de 2019 para 168.512€ em 2020.

Os quadros seguintes mostram a evolução dos negócios e do resultado líquido da empresa, no último triénio:

Volume de Negócios



Resultado Líquido



Balanço

Com referência a 31 de dezembro de 2020, o total do Ativo da sociedade diminuiu 13%, passando de 3.811 m€ em 2019 para 3.304 m€ em 2020. O Passivo total teve uma diminuição de 20% e o Capital próprio diminuiu 9%, relativamente ao exercício anterior, na sequência do resultado líquido apresentado neste último exercício.

Contudo, é de salientar que num ano marcado pela Pandemia da covid-19, a estrutura do balanço da STAP, no final do exercício de 2020, apresenta um índice de 168% para a liquidez geral e um índice de 64% para a autonomia financeira da sociedade. Ambos os indicadores aumentaram em relação ao exercício do ano anterior o que reflete a solidez financeira da STAP.

No final de 2020, o Ativo total líquido (3.304 m€) tinha como rubricas principais as "Dívidas líquidas de clientes" (1.076 m€) e os "Ativos fixos tangíveis, líquidos de depreciações" (1.177 m€).

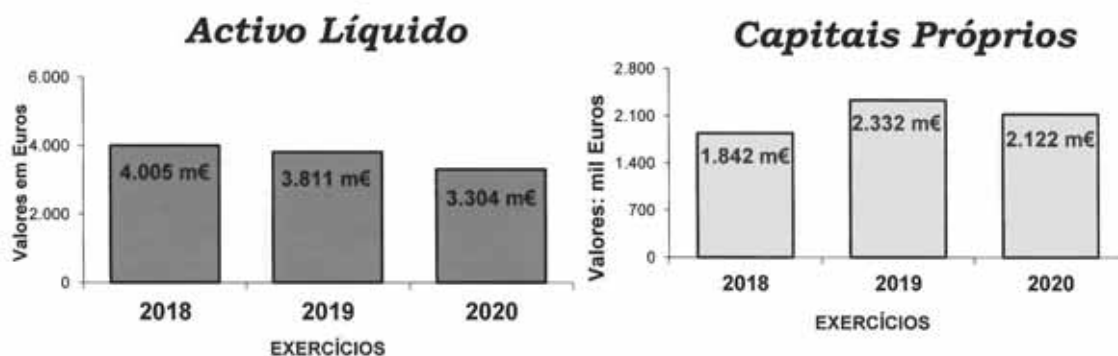
As dívidas líquidas de clientes passaram de 1.204 m€ em 2019 para 1.076 m€ em 2020.

Ainda no Ativo não corrente, a STAP registou no período findo em 31 de dezembro de 2020, valores por impostos diferidos no montante de 163 mil euros.

No passivo corrente, que diminuiu 20% em 2020 (1.156 m€) em relação a 2019 (1.451 m€), assumem particular relevância as dívidas a fornecedores que passaram de 891 m€ em 2019 para 635 m€ em 2020.

A STAP detém 15.550 ações próprias, cujo valor de aquisição (77 m€) foi ligeiramente inferior ao seu valor nominal (77,75 m€), que correspondem a 5% do capital social da STAP (311 000 ações a 5 Euros cada, que montam a 1.555 m€).

A evolução do ativo líquido total e do capital próprio da empresa, no último triénio, é a que consta no quadro seguinte:



A robustez dos capitais próprios da STAP tem contribuído para o nível de confiança que os parceiros da empresa nela depositam e para o conforto que o Conselho de Administração mantém com os diferentes stakeholders.

7. QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Gestão da Qualidade

Em 2020 ocorreu a 2ª auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), pela NP EN ISO 9001:2015, no âmbito “Reabilitação estrutural e construtiva, incluindo reparações, consolidações, reforços e modificações”. Foram auditados todos os processos incluídos no âmbito da certificação, bem como o Estaleiro Central e uma obra selecionada pela equipa auditora.

A conclusão da auditoria foi que o sistema está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da norma e demonstra aptidão para, de forma consistente, cumprir os requisitos aplicáveis, atingir os objetivos e realizar as políticas da empresa.

Durante o ano de 2020, realçou-se mais uma vez, o contínuo enfoque nos clientes, materializado no feedback positivo recolhido através dos inquéritos de satisfação recebidos, da taxa de reclamações ser zero, a taxa de satisfação dos clientes ser 100% e a taxa de adjudicações ser de 23,19% existindo uma elevada fidelização de clientes.

Gestão Ambiental

Durante o ano de 2020, cumpriu-se com todos os requisitos legais e outros aplicáveis relacionados com os aspetos ambientais significativos nas obras, nomeadamente os requisitos de Gestão Ambiental estabelecidos pelos Clientes. Para todas as obras foram sempre selecionados operadores de gestão de resíduos que valorizassem os resíduos e foram aplicadas todas as boas práticas de gestão ambiental em obra.



Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho

O ano de 2020 registou uma boa performance no âmbito do desempenho do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST), em linha com o ano anterior. Isto apesar de o mesmo ter decorrido sob uma pandemia mundial. De facto, a Covid-19 trouxe desafios acrescidos ao nosso sector de atividade, mas a STAP nunca cessou a sua atividade, e teve de se adaptar à torrente de orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), à escassez inicial de Equipamentos de Proteção Individual adequados ao problema de saúde pública existente e à evolução do ciclo pandémico.

Cumprindo com orientação da DGS, todas as instalações e obras passaram a ter um Plano de Contingência Interno (PCI) ajustado à respetiva realidade, elaborado pelos Técnicos de Segurança em sintonia com os Diretores de Obra. Estes planos visavam mitigar o risco de contágios atuando proactivamente na fase de possível sintomatologia, estendendo-se necessariamente aos transportes de e para as obras, em carrinhas da empresa.

Isto traduziu-se num aumento considerável do esforço de todos os envolvidos, pois os riscos biológicos, pouco presentes na atividade regular da STAP, passaram a ter de ser envolvidos e controlados nas várias componentes materiais do trabalho, aliados aos demais riscos presentes nesta atividade, reconhecida como sendo uma das que maiores riscos acarreta.

Ao nível da sinistralidade, registaram-se, tal como no ano anterior, 2 incidentes com baixa médica, correspondentes a um total 75 dias de baixa. Isto impactou no índice de gravidade registado, que teve uma performance menos positiva que no ano de 2019.

O investimento em matéria de Segurança manteve-se devidamente ajustado às necessidades das diversas empreitadas, associado a afetações contratuais impostas por alguns clientes. Houve uma vez mais recurso a contratação de prestações de serviços em matéria de SHT de forma a dar cumprimento não só às afetações contratuais já mencionadas, como também para suprir o elevado número de empreitadas, a maioria delas com riscos especiais.

Adicionalmente continuou-se a apostar na formação em matéria de SHST, quer interna quer externa. Nalguns casos relacionou-se com a elegibilidade de admissão, ou de execução de determinadas funções em instalações de Donos de Obra, noutros por inerência da certificação em matéria de Segurança. Por uma ou outra razão não deixam de evidenciar uma aposta séria e continuada da STAP na valorização profissional e no robustecimento das qualificações de todos os seus trabalhadores.

O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho cumpriu o processo migratório da OHSAS 18001:2007 para a NP ISO 45001:2019. Tendo em conta as condicionantes impostas pela pandemia, o ciclo de auditoria teve de ser repartido. A 1ª fase, realizada remotamente, decorreu no início de novembro e a 2ª, presencial, em meados de janeiro de 2021, tendo a SGS validado a transição e conferido a certificação à luz da nova Norma.

O apoio às Direções Comercial e de Produção foi efetivo e importante no suporte à resposta aos clientes, quer na fase de proposta quer na fase de preparação e execução das empreitadas.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que do resultado líquido apurado de € 90.264,86 seja transferido € 10.000,00 para reserva legal, e o remanescente (€ 80.264,86) seja distribuído pelos sócios. Propõe-se ainda a distribuição de € 39.735,14 pelos sócios, de outras reservas (€ 32.938,86) e resultados transitados (€ 6.796,28)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reabilitação das construções é a mais promissora e actual actividade do sector da construção civil. A STAP, como principal especialista nacional na reabilitação estrutural, acompanha a actual tendência do mercado.

Espera-se que em 2021, e nos anos que se seguem, controlada que for a pandemia, se entre numa nova próspera década de 20, em que o crescimento da economia permita à Stap, S.A. aplicar o saber fazer acumulado ao longo das 4 décadas em que se dedica exclusivamente a reabilitação estrutural.

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os colaboradores e parceiros pelo seu esforço e mérito em manter a STAP como uma PME com forte componente de saber e inovação.

Lisboa, 29 de março de 2021,

O Conselho de Administração:



(Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - Presidente)

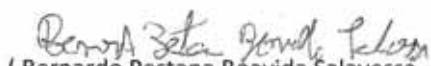


(António Manuel Cordeiro – Administrador)



(José Paulo Maia Costa – Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves – Administrador)



(Bernardo Pestana Boavida Salavessa – Administrador)



A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and flourishes, positioned vertically on the right side of the page.

Demonstrações Financeiras e Anexos às Contas de 2020

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
 Pessoa coletiva nº. 500 987 076

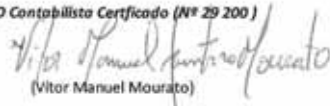


Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Unidade monetária: Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	19	5 874 439,57	6 841 491,04
Subsídios à exploração	20	0,00	109,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-794 187,83	-816 318,13
Fornecimentos e serviços externos	21	-3 374 286,22	-3 758 994,98
Gastos com o pessoal	22	-1 626 543,39	-1 610 978,60
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	0,00	-213,50
Outros rendimentos e ganhos	23	304 388,11	212 666,04
Outros gastos e perdas	24	-17 200,24	-14 215,06
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		366 610,00	853 546,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-198 098,39	-153 306,84
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos)		168 511,61	700 239,77
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	25	-36 072,96	-54 585,71
Resultado antes de impostos		132 438,65	645 654,06
Imposto sobre o rendimento		-42 173,79	-155 247,50
Imposto sobre o rendimento do período (imposto estimado)	26	-22 320,92	-61 666,81
Imposto sobre o rendimento do período (imposto diferido)	26	-19 852,87	-93 580,69
Resultado líquido do período		90 264,86	490 406,56

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)


 (Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração


 (Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)


 (António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)


 (José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)


 (Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
 Pessoa coletiva nº. 500 987 076



Balanço em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Unidade monetária: Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 177 219,05	1 227 498,22
Participações financeiras - outros métodos	7	26 347,42	23 945,48
Activos por impostos diferidos	26	162 512,55	184 172,03
Total do ativo não corrente		1 366 079,02	1 435 615,73
Ativo corrente			
Clientes	9	1 076 360,88	1 203 983,65
Estado e outros entes públicos	10	64 412,49	162 812,27
Outras contas a receber	11	584 696,35	865 973,12
Diferimentos	12	111 396,44	55 224,02
Caixa e depósitos bancários	4	101 338,17	87 135,72
Total do ativo corrente		1 938 204,33	2 375 128,78
Total do ativo		3 304 283,35	3 810 744,51
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	1 555 000,00	1 555 000,00
Ações (quotas próprias)	14	-77 000,00	-77 000,00
Reservas legais	15	250 000,00	221 500,00
Outras reservas	15	199 788,95	77 750,00
Resultados transitados	15	6 796,28	-39 867,61
Excedentes de revalorização		97 592,08	104 388,36
		2 032 177,31	1 841 770,75
Resultado líquido do período		90 264,86	490 406,56
Total do capital próprio		2 122 442,17	2 332 177,31
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	27	25 942,18	27 748,79
Total do passivo não corrente		25 942,18	27 748,79
Passivo corrente			
Fornecedores	17	634 880,09	891 392,85
Estado e outros entes públicos	10	55 335,81	64 517,66
Financiamentos obtidos	16	203 468,54	128 364,03
Outras contas a pagar	18	233 628,74	334 169,32
Diferimentos	12	28 585,82	32 374,55
Total do passivo corrente		1 155 899,00	1 450 818,41
Total do passivo		1 181 841,18	1 478 567,20
Total do capital próprio e do passivo		3 304 283,35	3 810 744,51

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

Vitor Manuel Mourato
 (Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Salavessa Moura
 (Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

António Manuel Imaginário
 (António Manuel Imaginário - Administrador)

João Paulo Costa
 (João Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

Bernardo Boavida Salavessa
 (Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
 Pessoa coletiva nº. 500 987 076



Demonstração individual de fluxos de caixa
 Períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Unidade monetária: Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		6 575 681,87	6 875 179,99
Pagamentos a fornecedores		-4 468 233,83	-4 787 981,06
Pagamentos ao pessoal		-1 622 838,75	-1 595 350,52
Caixa gerada pelas operações		484 609,29	491 848,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-51 353,56	-63 644,56
Outros recebimentos/pagamentos		101 498,86	34 109,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		534 754,59	462 313,01
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-267 565,04	-148 807,59
<i>Investimentos financeiros</i>		-2 401,94	-3 554,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		2 487,80	95 000,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	3 560,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	109,80
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-267 479,18	-53 691,79
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		433 000,00	70 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-350 000,00	-408 270,40
<i>Juros e gastos similares</i>		-36 072,96	-54 585,71
<i>Dividendos</i>		-300 000,00	
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-253 072,96	-392 856,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 202,45	15 765,11
Caixa e seus equivalentes no início do período		87 135,72	71 370,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	101 338,17	87 135,72

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

Vitor Manuel Mourato
 (Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Salavessa Moura
 (Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

António Manuel Imaginário Correia
 (António Manuel Imaginário Correia - Administrador)

José Paulo Costa
 (José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

Bernardo Boavida Salavessa
 (Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076



Demonstração individual dos resultados por funções
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	19	5 874 439,57	6 841 491,04
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-3 251 679,07	-3 669 313,09
Resultado bruto		2 622 760,50	3 172 177,95
Outros rendimentos	23	304 388,11	212 452,54
Gastos de distribuição		-7 113,69	-72,50
Gastos administrativos		-2 553 424,92	-2 531 011,38
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos	5 e 6	-198 098,39	-153 306,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		168 511,61	700 239,77
Gastos de financiamento (líquidos)	25 e 26	-36 072,96	-54 585,71
Resultado antes de impostos		132 438,65	645 654,06
Imposto sobre o rendimento do período	27	-42 173,79	-155 247,50
Resultado líquido do período		90 264,86	490 406,56

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

Vitor Manuel Mourato
(Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Salavessa Moura
(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

António Manuel Imaginário Cordeiro
(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

Jose Paulo Costa
(Jose Paulo Costa - Administrador)

Carlos Alberto Alves Gonçalves
(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

Bernardo Bóavida Salavessa
(Bernardo Bóavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa colectiva n.º. 500 987 076



Demonstração individual das alterações no capital próprio em 2020 e 2019

DESCRIÇÃO	(Unidade monetária: Euro)									
	Capital realizado	Ações / (Quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
A 1 de Janeiro de 2019	1 555 000,00	-77 000,00	221 500,00	1 570 528,36	-1 704 528,31	0,00	111 184,04	0,00	0,00	0,00
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações políticas / estimativas contabilísticas										
Realização excedente revalorização act. fixos tang. e intang.										
Excedentes revaloriz. act. fixos tang. e intang. e resp. variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-1 492 778,36	1 664 658,70		-6 796,28			0,00
Resultado líquido do período	0	0	0	-1 492 778,36	1 664 658,70	0	-6 796,28	0	0,00	0,00
Resultado Integral									490 406,56	490 406,56
									490 406,56	490 406,56
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2019	1 555 000,00	-77 000,00	221 500,00	77 750,00	-39 867,81	0,00	104 388,36	0,00	490 406,56	2 332 177,31
A 1 de Janeiro de 2020	1 555 000,00	-77 000,00	221 500,00	77 750,00	-39 867,81	0,00	104 388,36	0,00	490 406,56	2 332 177,31
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações políticas contabilísticas										
Realização excedente revalorização act. fixos tang. e intang.										
Excedentes revaloriz. act. fixos tang. e intang. e resp. variações										
Ajustamentos por impostos diferidos					0 796,28		-6 796,28			0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			28 500,00	422 038,95	39 867,81				-490 406,56	
	0	0	28 500,00	422 038,95	46 863,89	0	-6 796,28		0,00	0,00
Resultado líquido do período									90 264,86	90 264,86
Resultado Integral									90 264,86	90 264,86
									90 264,86	90 264,86
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Distribuições				(300 000)						
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	0	0	0	(300 000)	0	0	0	0	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2020	1 555 000,00	-77 000,00	250 000,00	199 788,95	0 796,28	0,00	97 592,08	0,00	90 264,86	2 122 442,17

O Contabilista Certificado (N.º 29200)

Vitor Manuel Mourato
(Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Salgueiro Moura
(Jorge Manuel Salgueiro Moura - Presidente)

António Manuel Inaginato Cordeiro
(António Manuel Inaginato Cordeiro - Administrador)

José Paulo Costa
(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

Bernardo Boavista Salgueiro
(Bernardo Boavista Salgueiro - Administrador)

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2020

1. Identificação da Entidade

A **STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.**, (“STAP”) é uma sociedade anónima constituída em 9 de abril de 1980, com sede na Rua General Ferreira Martins nº8 9 B Algés, 1495-137 Algés.

Tem por objeto social a reparação, consolidação e modificação de estruturas.

As demonstrações financeiras, deste anexo reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2020 e apresentam como comparativo o período findo em 31 de dezembro de 2019, sendo utilizado o euro (com duas casas decimais) como moeda de apresentação. Estas abrangem apenas a Empresa, que não é controlada por qualquer outra entidade, nacional ou internacional, pelo que não existe subordinação a nenhuma empresa-mãe.

O capital social encontra-se integralmente realizado desde setembro de 2000, sendo a STAP detentora de 15.550 ações próprias.

Como componente dos capitais próprios, a entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2020, reservas no valor de € 449.788,95 (2019: € 299.250,00), estando € 250.000 afetos a reservas legais que, nos termos do artigo 296º do Código das Sociedades Comerciais e esgotadas as outras reservas, apenas podem ser aplicadas na cobertura de prejuízos ou na incorporação no capital. As restantes reservas - € 199.788,95 – constituem reservas livres, com exceção do montante equivalente à quantia das ações próprias - € 77.000,00 – que nos termos legais é tida como indisponível enquanto se mantiver a detenção das ações próprias.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo, como referencial, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor em Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº. 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº. 20/2010, de 23 de agosto, sendo o SNC de aplicação obrigatória a partir do exercício de 2010, inclusive.

Este Sistema de Normalização Contabilística compreende os seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação de demonstrações financeiras
- Modelos de demonstrações financeiras
- Código de Contas
- Normas contabilísticas e de relato financeiro
- Normas interpretativas

2.2 – Disposições derogadas do Sistema de Normalização Contabilística

Não ocorreram situações de derrogação de quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística.



2.3 – Contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados com conteúdos não comparáveis com os do exercício anterior

Não existem situações de contas do Balanço à data de 31 de dezembro de 2020 que não sejam comparáveis com as do período findo em 31 de dezembro de 2019;

2.4 – Adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras do exercício de 2020 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 – Bases gerais de apresentação e de reconhecimento

As demonstrações financeiras foram preparadas nos pressupostos do regime do acréscimo e da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STAP, de modo a que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2020.

Através do regime contabilístico do acréscimo, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram e não somente quando sejam objeto de recebimento ou liquidação através de caixa ou equivalentes de caixa.

O pressuposto da continuidade assenta na assunção pelo Conselho de Administração da STAP, de que não existe intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir de forma significativa a dimensão das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitadas as características qualitativas fundamentais que se elencam: da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da comparabilidade e da substância sob a forma para que, em conjunto com os pressupostos contabilísticos acima referenciados, as mesmas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da Sociedade.

As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos decorrentes da atividade da STAP, constituindo os ativos, os passivos e os capitais próprios os elementos no balanço diretamente relacionados com a mensuração da posição financeira, e sendo os rendimentos e gastos os elementos nas demonstrações dos resultados diretamente relacionados com a mensuração do desempenho.

Apenas se consideram como ativos da STAP os recursos controlados pela entidade como resultado de acontecimentos passados, dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros e possam ser afavelmente mensurados.

Quando a STAP tem uma obrigação mensurável à data das demonstrações financeiras, resultante de acontecimentos passados, e de cuja liquidação se espera uma saída de recursos próprios, essa obrigação é reconhecida como um passivo.

Na demonstração dos resultados, os rendimentos (e gastos) da STAP foram reconhecidos quando ocorresse aumento (diminuição) dos benefícios económicos futuros relacionados com o aumento (diminuição) num ativo ou uma diminuição (aumento) dum passivo e pudessem ser mensurados com fiabilidade.

3.1.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem dispêndios com programas informáticos e encontram-se mensurados ao custo, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

O custo compreende o preço de compra no momento da aquisição, adicionado, quando aplicável, de direitos de importação, de impostos de compra não reembolsáveis, de custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido, e deduzido de descontos e abatimentos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos ativos, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado, o qual, no caso dos programas informáticos adquiridos, corresponde a três anos.

3.1.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados em produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis.

O custo dos ativos fixos tangíveis, que não sejam objeto de locação financeira, é equivalente ao preço a dinheiro à data do reconhecimento e compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos e abatimentos;
- Quaisquer dispêndios, diretamente atribuíveis, para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos no âmbito de um contrato de locação financeira são reconhecidos por quantias iguais ao justo valor dos ativos locados ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início da locação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
- Edifícios e outras construções	25
- Equipamento básico	3 - 12
- Equipamento de transporte	3 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis corresponde ao seu custo, por não ser determinável, nem significativo, o eventual valor de alienação que possam representar no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando esses ativos passem a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo fixo tangível nos casos em que, comprovadamente, aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".



3.1.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e,
- locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito no ponto 3.1.3, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.1.5. Imparidade de ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a STAP procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, refletida na demonstração dos resultados em “imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis” ou em “imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”, conforme as situações aplicáveis.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na mesma rubrica agrupadora em que foi registada a imparidade.

Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

B
AP
A
U

3.1.6. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

3.1.7. Custos de empréstimos

Por não terem sido contratados, pela STAP, quaisquer empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, caso em que é permitida a capitalização de gastos com esses financiamentos, os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

3.1.8. Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos e mensurados pelo valor a receber, que é substancialmente idêntico ao valor atual dos recebimentos, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios destinados a formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" de acordo com os custos incorridos com essa formação.

3.1.9. Classificação de ativos e passivos como correntes e não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano, contado da data do balanço, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

3.1.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

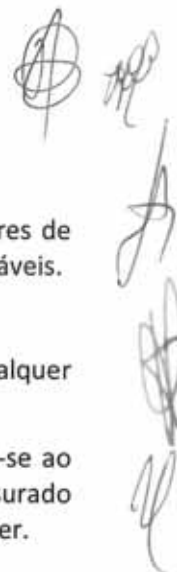
- exista uma obrigação presente (jurídica ou implícita) resultante de um evento passado;
- seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
- o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, a STAP procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

3.1.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a STAP se torna parte na respetiva relação contratual.



a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e depósitos a prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis.

b) Clientes e outras contas a receber

As dívidas de “Clientes” e as de “Outras contas a receber” são mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Quando existe evidência de que as contas a receber se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa de justo valor do ativo a receber.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos estão mensurados ao custo, por se tratar de instrumentos de capital próprio, ligados a garantia de contrato de financiamento à STAP, e estar assegurada a recuperabilidade da quantia escriturada do investimento, se o contrato for cumprido pela entidade nas condições estabelecidas.

d) Financiamentos obtidos

Estes passivos financeiros são constituídos por empréstimos bancários e locações financeiras, sendo mensurados ao valor atual dos pagamentos futuros.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

f) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio.

3.1.12. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é:

uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos, ou

- (i) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de um ex-fluxo de recursos ou a garantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.13. Rédito

O rédito (rendimentos e outros ganhos) é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

Os rendimentos e ganhos e os correspondentes gastos e perdas são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

a) Reconhecimento de gastos e rendimentos em obras

A STAP reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra.

As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou “Rendimentos a reconhecer”, incluídas nas rubricas “Outras contas a receber” e “Diferimentos”.

Variações nos trabalhos, face à quantia de rédito acordada no contrato, são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações, para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato, são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Vendas

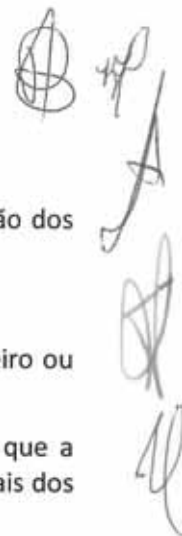
Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outras deduções inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

c) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Representam as aquisições de bens a serem aplicados na prestação dos serviços, efetuadas ao longo do período, mensuradas ao custo, o qual compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes;
- Custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais ou consumíveis.



c) Juros e proveitos financeiros

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.1.14. Imparidade de ativos financeiros

A STAP analisa, a cada data de balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontre em imparidade.

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos de que a STAP não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos.

Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Antiguidade do incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do período. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são tratadas como ganhos correntes e refletidas na demonstração dos resultados em “Outros rendimentos e ganhos”.

3.1.15. Imposto sobre o rendimento

a) Critério genérico de determinação

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da entidade (o qual difere do resultado contabilístico), de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede, apurando-se o imposto estimado para o período e, caso aplicável, o imposto diferido.

O imposto diferido refere-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

b) Situação fiscal da STAP

A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável subtraída dos primeiros 25 mil euros sobre os quais incide uma taxa de 17%, acrescendo ainda uma derrama municipal com uma taxa máxima de 1,4% sobre o lucro tributável do período.

Independentemente da ocorrência de lucro tributável, a empresa encontra-se também sujeita a Tributação Autónoma, nos termos do artigo 81º do Código do IRC, sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa referentes aos exercícios de 2017 a 2020 e as da Segurança Social dos anos de 2016 a 2020, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades legais e fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020.

A sociedade mantém, perante a Administração Fiscal e a Segurança Social, toda a situação contributiva e declarativa devidamente regularizada, não existindo situações de mora nem de contencioso legal ou fiscal.

3.1.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados neste anexo às demonstrações financeiras.

3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas relevantes para além das descritas no ponto 3.1.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a STAP intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das normas contabilísticas e de relato financeiro requer que o Conselho de Administração da STAP (“Conselho de Administração”) formule pressupostos, com base na sua convicção sobre expectativas futuras, que poderão condicionar as quantias dos ativos e passivos, bem como dos rendimentos e ganhos.

Os pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

a) Imparidade de ativos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da STAP, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

b) Registo de provisões

A STAP analisa de forma periódica as eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá

conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. Tanto quanto seja possível, a entidade recorre a consultoria jurídica que lhe permita suportar o grau de probabilidade de ocorrência e a dimensão dessas obrigações.

c) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

No exercício de 2020 o valor inscrito no balanço resultante desta rubrica é de 162.512,55 euros no ativo, e de 25.942,18 euros no passivo.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas. As estimativas significativas formuladas pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os seguintes assuntos:

(i) Imparidade de ativos

(ii) A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações.

(iii) Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer nas demonstrações financeiras de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a STAP opera.

(iv) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.



4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de caixa e seus equivalentes estavam integralmente disponíveis para uso, sendo a sua desagregação como segue:

DESCRIÇÃO	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Depósitos à ordem	101.338,17	87.135,72

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, apresentam-se, como segue:

a) **Quantias brutas e depreciações e imparidades acumuladas no início e no fim de cada período, constituindo a quantia líquida evidenciada no Balanço:**

	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depreciação e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciação e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Exercício de 2020						
Terrenos e recursos naturais	545.242,24		545.242,24	545.242,24		545.242,24
Edifícios e outras construções	604.430,62	(326.109,72)	278.320,90	604.430,62	(350.286,96)	254.143,66
Equipamento básico	1.189.521,99	(935.273,22)	254.248,77	1.237.895,70	(1.001.926,61)	235.969,09
Equipamento de transporte	587.702,82	(444.349,23)	143.353,59	654.969,04	(528.287,76)	126.681,28
Equipamento administrativo	116.920,71	(110.587,99)	6.332,72	127.728,61	(112.545,83)	15.182,78
Total	3.043.818,38	(1.816.320,16)	1.227.498,22	3.170.266,21	(1.993.047,16)	1.177.219,05
Exercício de 2019						
Terrenos e recursos naturais	545.242,24		545.242,24	545.242,24		545.242,24
Edifícios e outras construções	604.430,62	(301.932,50)	302.498,12	604.430,62	(326.109,72)	278.320,90
Equipamento básico	1.162.374,70	(944.862,77)	217.511,93	1.189.521,99	(935.273,22)	254.248,77
Equipamento de transporte	559.354,15	(362.990,12)	196.364,03	587.702,82	(444.349,23)	143.353,59
Equipamento administrativo	116.920,71	(109.390,16)	7.530,55	116.920,71	(110.587,99)	6.332,72
Total	2.988.222,42	(1.719.175,55)	1.269.146,87	3.043.818,38	(1.816.320,16)	1.227.498,22

b) **Movimento em cada um dos períodos, decorrente das aquisições, alienações, depreciação e outras operações (inclui as reavaliações) relativas aos ativos fixos tangíveis**

Exercício de 2020	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Depreciações/ Reversões	O. Alterações/ Reavaliações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	545.242,24					545.242,24
Edifícios e outras construções	278.320,90			(24.177,22)	(0,02)	254.143,66
Equipamento básico	254.248,77	47.691,21		(68.128,67)	2.157,79	235.969,09
Equipamento de transporte	143.353,59	89.320,11	(22.053,90)	(104.144,36)	20.205,84	126.681,28
Equipamento administrativo	6.332,72	10.807,90		(1.648,13)	(309,71)	15.182,78
Total	1.227.498,22	147.819,22	(22.053,90)	(198.098,39)	22.053,90	1.177.219,05



Exercício de 2019	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Depreciações/ Reversões	Outras Alterações	Quantia Escriturada final
Terrenos e recursos naturais	545.242,24					545.242,24
Edifícios e outras construções	302.498,12			(24.177,22)		278.320,90
Equipamento básico	217.511,93	167.332,08	(140.184,79)	9.607,55		254.248,77
Equipamento de transporte	196.364,03	38.613,89	(10.265,22)	(81.359,11)		143.353,59
Equipamento administrativo	7.530,55			(1.197,83)		6.332,72
Total	1.269.146,87	205.945,97	(150.450,01)	(97.144,61)	0,00	1.227.498,22

c) Localização, afetação dos ativos fixos tangíveis e restrições sobre a sua disponibilidade

Todos os ativos fixos tangíveis localizam-se em território nacional, estão em poder da STAP e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis eram imateriais.

e) Reconhecimento das depreciações de ativos fixos tangíveis

As depreciações de ativos fixos tangíveis foram integralmente reconhecidas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como segue:

DESCRIÇÃO	Depreciações acumuladas no início do período	Depreciações do período reconhecidas nos resultados do período	Redução de depreciações de períodos anteriores por alienação de ativos/outros	Depreciações acumuladas no final do período
Exercício de 2020				
Edifícios e outras construções	326.109,72	24.177,22	0,02	350.286,96
Equipamento básico	935.273,22	68.128,68	(1.475,29)	1.001.926,61
Equipamento de transporte	444.349,23	104.144,36	(20.205,83)	528.287,76
Equipamento administrativo	110.587,99	1.648,13	309,71	112.545,83
Total	1.816,320,16	198.098,39	(21.371,39)	1.993.047,16
Exercício de 2019				
Edifícios e outras construções	301.932,50	24.177,22		326.109,72
Equipamento básico	944.862,77	36.307,46	(45.897,01)	935.273,22
Equipamento de transporte	362.990,12	91.624,33	(10.265,22)	444.349,23
Equipamento administrativo	109.390,16	1.197,83		110.587,99
Total	1.719,175,55	153.306,84	(56.162,23)	1.816,320,16

6. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

a) Quantias brutas e depreciações e imparidades acumuladas no início e no fim de cada período, constituindo a quantia líquida evidenciada no Balanço



	Quantia bruta	Situação inicial Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Situação final Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Exercício de 2020						
Programas de computador	5.952,30	(5.952,30)	0,00	5.952,30	(5.952,30)	0,00
Total	5.952,30	(5.952,30)	0,00	5.952,30	(5.952,30)	0,00
Exercício de 2019						
Programas de computador	5.952,30	(5.952,30)	0,00	5.952,30	(5.952,30)	0,00
Total	5.952,30	(5.952,30)	0,00	5.952,30	(5.952,30)	0,00

Por não existirem indícios de imparidade em relação a ativos intangíveis, as imparidades acumuladas são nulas.

b) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos intangíveis

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

7. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2020 a STAP detinha 16.500 (15.000 do BPI e 1500 do Santander) de ações de € 1,00 da Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., adquiridas em 2010 e 2011, pelo seu valor nominal. Detém ainda um fundo de compensação de trabalho (FCT) de acordo com as novas regras fiscais criadas pela Lei nº 70/2013 de 30 de agosto e para os contratos realizados após a publicação da lei.

A principal finalidade da Lisgarante é a realização de operações financeiras, principalmente emissão de garantias e prestação de serviços conexos, em benefício de micro, pequenas e médias empresas, ou de entidades representativas destas, que sejam suas acionistas, os designados mutualistas, tendo em vista promover e facilitar o seu acesso ao financiamento, junto do sistema financeiro e do mercado de capitais.

A 31 de dezembro de 2020 a STAP detinha 730 ações de € 1,00 da Garval adquiridas pelo seu valor nominal, bem como 730 ações de € 1,00 da Norgarante adquiridas pelo seu valor nominal.

8. Inventários

Não existem valores em existências finais de materiais diversos. No exercício de 2020 e 2019 ocorreram os seguintes movimentos, nas contas de inventários dos materiais adquiridos, vendidos e consumidos e em existências:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Existência inicial	0,00	0,00
Compras	794.187,83	816.318,13
Existências finais em obra	0,00	0,00
Custo dos materiais vendidos e consumidos	794.187,83	816.318,13



9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Cientes conta corrente	1.076.360,88	1.203.983,65
Cientes de cobrança duvidosa	44.473,10	44.473,10
	<hr/>	<hr/>
	1.120.833,98	1.248.456,75
Imparidades acumuladas	(44.473,10)	(44.473,10)
	<hr/>	<hr/>
Total	1.076.360,88	1.203.983,65

A antiguidade de saldos de clientes, nos períodos findos naquelas datas, desdobrava-se por:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Saldos não vencidos	609.661,52€	800.624,68 €
Saldos vencidos		
Até 180 dias	232.250,31€	273.229,84 €
De 180 a 360 dias	197.344,78€	14.851,26 €
Mais de 360	81.577,37€	195.750,97€

As imparidades acumuladas refletem a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, tendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 ocorrido o seguinte movimento:

Saldo em 1 de janeiro de 2020	44.473,10
Reforços/ Reversões	0,00
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.473,10

Os reforços e as reversões de imparidades de saldos a receber de clientes encontram-se reconhecidos na demonstração de resultados por natureza nas rubricas de “Outros custos operacionais” e “Outros proveitos operacionais”, respetivamente.

De acordo com as regras estipuladas no art.36^a do CIRC, não se fizeram ajustamentos aos saldos das contas das entidades do Sector Público Estatal e das Autarquias, por se considerar que os créditos vencidos são integralmente recuperáveis.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Ativos e passivos correntes		
<i>Saldos devedores</i>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	16.265,58	0,00
Imposto s/valor acrescentado (reembolsos a pedir)	48.146,91	162.812,27
Imposto s/valor acrescentado (reembolso pedido)	0,00	0,00
Total	64.412,49	162.812,27
<i>Saldos credores</i>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0,00	12.759,32
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	23.131,13	20.277,72
Contribuições para a Segurança Social	32.204,68	31.480,62
Total	55.335,81	64.517,66

[Handwritten signatures and initials]

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC – apresenta-se com saldo a recuperar do Estado, decorrente do facto de os pagamentos por conta do ano, serem superiores a estimativa de imposto sobre o rendimento do período.

Não existem situações de dívidas em mora nem foram identificadas quaisquer imparidades sobre saldos devedores de Estado e outros entes públicos.

Cerca de 66,5% da faturação efetuada em 2020 pela STAP, porque relacionada com serviços de remodelação ou reparação de bens imóveis, foi realizada ao abrigo do regime de “Iva Autoliquidação”.

Por força deste regime, a STAP não liquida (debita) Iva aos seus clientes, pelo que o Iva que suporta na sua atividade é superior ao que consegue repercutir na faturação emitida, ocorrendo cíclicas situações de imposto a recuperar. Durante o exercício de 2020 foi objeto de pedido de reembolso o saldo devedor a 31 de dezembro de 2019 em 2 períodos no mês de fevereiro e de agosto perfazendo a totalidade de 361.204,00 euros de reembolso de IVA e que foram todos diferidos pelo Instituto de Gestão de Crédito.

11. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Operações com o pessoal	21.650,00	18.000,00
Prestações de serviços por faturar (periodização económica)	504.275,11	761.258,68
Outros devedores	58.771,24	86.714,44
Total	584.696,35	865.973,12

Os ativos supra referidos não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade.

As prestações de serviços por faturar a 31 de dezembro de 2020 e 2019 traduzem os trabalhos já realizados nos períodos findos naquelas datas cujas faturas só no período seguinte serão/foram emitidas, face às disposições contratuais que regem a emissão das respetivas faturas.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	Exercício de 2020		Exercício de 2019	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Gastos a reconhecer				
Seguros	26.756,62		16.284,45	
Alugueres e Outros	35.087,46		38.939,57	
Rendimentos a reconhecer				
Inerentes a obras	49.552,36	28.585,52		32.374,55
Total	111.396,44	28.585,52	55.224,02	32.374,55

As quantias escrituradas acima mencionadas constituem gastos/rendimentos registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e imputáveis a períodos subsequentes, por respeito ao pressuposto contabilístico do regime do acréscimo (periodização económica).



13. Capital

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 311.000 ações, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada, assim repartido, no final de 2020:

	2020	2019
	Nº. de ações/Valor Nominal	Nº. de ações/Valor Nominal
ProStap	217.700 (1.088.500, €)	217.700 (1.088.500, €)
Zizan,Lda	46.650 (233.250€)	46.650 (233.250€)
CAXALP, Lda.	31.100 (155.500€)	31.100 (155.500€)
Ações próprias	15.550 (77.750€)	15.550 (77.750€)
Totais	311.000 (1.555.000€)	311.000 (1.555.000€)

14. Ações próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, existiam 15.500 ações próprias, com o valor nominal de €77.750,00, adquiridas pela quantia de €77.000,00, não tendo ocorrido quaisquer movimentos nos períodos findos naquelas datas.

15. Reservas

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram como segue:

	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2019	221.500,00	1.570.528,36	(1.704.526,30)
Aplicação do resultado do exercício anterior	0,00	-1.492.778,36	1.657.826,41
Libertação reserva reav/Imp.Diferido	0,00	0,00	6.796,28
Saldo em 31 de dezembro de 2019	221.500,00	77.750,00	(39.867,61)
Aplicação do resultado do exercício anterior	28.500,00	422.038,95	39.867,71
Libertação reserva reav/Imp.Diferido	0,00	-300.000,00	6.796,28
Saldo em 31 de dezembro de 2020	250.000,00	199.788,95	6.796,28

De acordo com a legislação em vigor, a empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.



16. Financiamentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os financiamentos obtidos eram como segue:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
<i>Passivos não correntes</i>		
Empréstimos bancários	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<i>Passivos correntes</i>		
Empréstimos bancários	0,00	0,00
Locações	3.468,54	11.364,03
Outros –Suprimentos (ProStap)	200.000,00	117.000,00
	<u>203.468,54</u>	<u>128.364,03</u>

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Fornecedores conta corrente	<u>634.880,09</u>	<u>891.392,85</u>

Não existe concentração de relacionamento comercial em fornecedores específicos, de que pudesse resultar eventual dependência da STAP na realização da sua atividade operacional.

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Fornecedores de investimentos	13.513,59	124.681,41
Remunerações a liquidar	211.346,64	206.472,98
Acréscimos de gastos/obras/diversos	6.430,83	2.232,06
Credores diversos	2.337,68	782,87
Total	<u>233.628,74</u>	<u>334.169,32</u>

As quantias escrituradas de remunerações a liquidar correspondem à estimativa dos encargos com férias, subsídio de férias (incluindo contribuições para a Segurança Social) vencidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e cujo processamento e liquidação só ocorrerá no período subsequente.

As quantias relativas a “Acréscimo de gastos/obras” representam os encargos a suportar pela STAP, imputáveis aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, mas cuja documentação vinculativa só será/foi emitida em período subsequente.



19. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica desdobrava-se, como segue:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Prestações de serviços		
Relacionadas com edificações de betão armado	2.584.753,41	3.102.019,38
Relacionadas com infraestruturas viárias e outras	1.586.098,68	1.580.738,78
Relacionadas com o património arquitetónico	117.488,79	376.962,94
Relacionadas com reabilitação/conservação edifícios	1.586.098,69	1.781.769,94
Total	5.874.439,57	6.841.491,04

20. Subsídios à exploração

No presente exercício não existe valor na rubrica de subsídios a exploração.

21. Fornecimentos e serviços externos

Representa os seguintes gastos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Subcontratos	2.012.461,78	2.214.334,88
Serviços especializados	592.505,11	631.705,03
Materiais	138.216,03	157.285,62
Energia e fluidos	170.983,73	202.436,31
Deslocações, estadas e transportes	87.795,27	107.650,45
Serviços diversos	372.324,30	445.582,69
Total	3.374.286,22	3.758.994,98

22. Gastos com o pessoal

O número médio de colaboradores, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Trabalhadores integrados-órgãos sociais	5	4
Restantes trabalhadores	46	46
Total	51	50

Os custos com o pessoal, nos exercícios findos naquelas datas, foram como segue:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Remunerações dos órgãos sociais	142.285,50	112.083,93
Remunerações do pessoal	1.166.011,76	1.186.361,46
Encargos com remunerações	288.558,05	284.174,93
Seguro de acidentes de trabalho	26.099,52	22.566,01
Gastos de ação social e outros	3.588,56	5.792,27
Total	1.626.543,39	1.610.978,60



A quantia das remunerações dos órgãos sociais respeita integralmente ao Conselho de Administração e, para período findo em 31 de dezembro de 2020, engloba as seguintes parcelas:

➤ Remunerações fixas	€140.000,00
➤ Remunerações variáveis	€ 2.285,50

Os gastos de ação social e outros incluem encargos com formação profissional e assistência médica e medicamentosa.

Os gastos com o pessoal incluem ajudas de custo no montante de € 47.017,50 (2019: €39.214,68).

23. Outros rendimentos e ganhos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os outros rendimentos e ganhos tinham a seguinte composição:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Rendimentos suplementares	274.891,17	170.531,92
Ganhos obtidos na alienação de ativos/sinistros	2.487,80	20.097,64
Outros	27.009,14	22.036,48
Total	304.388,11	212.666,04

Os serviços prestados de apoio e consultoria de gestão são reconhecidos como rendimentos suplementares. As mensalidades cobradas têm subjacente a maior ou menor intervenção requerida, face à própria dinâmica operacional das entidades a quem os serviços são prestados. A rubrica "Outros" inclui um ganho referente a excesso de estimativa com encargos em obra de 11.290,80 euros e a juros por diferimento cobrança no montante de 13.471,34 euros.

24. Outros gastos e perdas

Os "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam a seguinte repartição:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Impostos diretos e indiretos	3.905,95	3.635,81
Taxas	6.112,70	6.031,25
Quotizações	4.548,00	4.548,00
Correções exercícios anteriores	908,19	0,00
Outros não especificados – Multas Fiscais	1.725,40	0,00
Total	17.200,24	14.215,06



25. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os juros e rendimentos similares suportados respeitavam a:

	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Juros suportados		
De empréstimos bancários	113,95	2.908,28
De contratos de locação financeira e outros	5.939,48	21.405,25
Garantias de crédito	30.019,53	30.272,18
Total	36.072,96	54.585,71

26. Imposto sobre o rendimento do período (Imposto estimado e diferido)

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, o imposto apurado sobre o rendimento de cada período, era como segue:

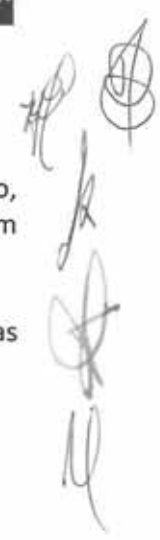
	Exercício de 2020	Exercício de 2019
Resultado antes de impostos	132.438,65	645.654,06
Diferenças tributáveis permanentes		
Diferenças tributáveis negativas	19.566,33	25.626,11
Diferenças tributáveis positivas	(4.761,80)	(22.386,94)
Resultado para efeitos fiscais	147.243,18	648.893,23
Dedução de prejuízos fiscais	103.070,23	454.225,26
Matéria coletável	44.172,94	194.667,97
Taxa de imposto média (inclui derrama)	23,0%	22,0%
<i>Imposto apurado sobre o resultado fiscal</i>	<i>10,337,72</i>	<i>40,280,27</i>
Tributações autónomas - valor de incidência	143.490,02	171.902,54
Taxa média sobre tributações autónomas	8%	7%
Coleta aplicável a tributações autónomas	11.983,20	12.302,03
Imposto sobre resultado corrente	22.320,92	61.666,81
<i>Impostos diferidos</i>	<i>19.852,87</i>	<i>93.580,69</i>
Imposto sobre o rendimento do período	42.173,79	155.247,50

A taxa dos impostos diferidos, aplicada aos prejuízos fiscais reportáveis – 21% é uma taxa média igual à aplicada às restantes rubricas.

A 31 de dezembro de 2020, os prejuízos fiscais reportáveis € 773.869,30 – respeitam ao prejuízo do período fiscal findo em 31 de dezembro de 2015 (reportável até ao período fiscal que findar em 31 de dezembro de 2027).

27. Reavaliação de ativos

No decurso do de 2015 foram efetuadas revalorizações, de itens do ativo fixo tangível, com base em estudos realizados por terceiros (estudo das imparidades sobre os imóveis da sede e da delegação norte) que serviram de suporte a correção da quantia escriturada dos bens, face ao custo de



aquisição (critério de mensuração em vigor nos termos do SNC). O excedente de revalorização, expresso nos capitais próprios no exercício de 2020 é atualmente de 97.592,08 euros com um imposto diferido passivo de 25.942,18 euros.

A 31 de dezembro de 2020, os ativos fixos tangíveis objeto de revalorização com base em diplomas legais apresentavam-se como segue:

	Quantia escriturada não revalorizada	Revalorização	Quantia escriturada revalorizada
Exercício em 01.01.2019			
Terrenos e recursos naturais	283.083,42	71.916,58	355.000,00
Edifícios e outras construções	207.558,25	215.072,37	422.630,62
Totais	490.641,67	286.989,95	777.630,62

28. Demonstração dos resultados por funções

Na elaboração desta demonstração, que embora englobe os mesmos rendimentos e gastos evidenciados na demonstração de resultados por natureza os aglutina de modo distinto, foram seguidos os seguintes critérios:

- O custo das vendas e dos serviços prestados engloba os gastos (mão-de-obra direta, fornecimentos e serviços externos e outros gastos) diretamente imputáveis aos centros operativos da STAP;
- Os gastos administrativos compreendem os custos da estrutura logística de apoio aos centros operativos, abrangendo, entre outros, o órgão de gestão geral e os centros de administração financeira, de recursos humanos, de informática e de controlo de qualidade;
- Os gastos de distribuição representam os custos publicitários e as ofertas;
- Os outros gastos concentram as quantias de depreciações e de provisões reconhecidas em cada período;
- Os outros rendimentos abarcam os ganhos suplementares e as reversões de imparidades e de provisões;
- Os gastos de financiamento incluem, essencialmente, o valor líquido dos juros suportados e obtidos.

29. Outras divulgações (incluindo as exigidas por diplomas legais)

Para cumprimento das disposições legais, nomeadamente o artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, assim como para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da empresa, procede-se às seguintes divulgações:

a) Responsabilidades da empresa não evidenciadas nas demonstrações financeiras

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as responsabilidades da empresa por garantias e avales apresentavam a quantia acumulada de, respetivamente € 1.861.942 e € 1.581.369 e são constituídas por seguro-caução e garantias bancárias prestadas a clientes e outras entidades, com quem a STAP mantém relações comerciais e financeiras.



b) Honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Durante os exercícios financeiros de 2020 e 2019 os honorários totais faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativamente à revisão das contas anuais da STAP, foram no montante de € 7.200 em 2020 e de 7.200 no exercício de 2019.

30. Acontecimentos após a data do balanço

a. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão pelo Conselho de Administração, em 18 de maio de 2021, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia-geral de Acionistas, agendada para 25 de maio de 2021.

b. Informações sobre condições que existiam à data do balanço


Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos – (semelhante ao indicado no relatório de gestão)

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos às demonstrações financeiras. Há a referir, no entanto, o eventual impacto da pandemia de COVID-19, que apesar de acabar por não ter sido relevante económica e financeiramente na STAP em 2020, e da tendência actual de melhoria da situação no país, continua a revestir-se de alguma incógnita, sobretudo devido a eventuais novas variantes ou surtos que possam pôr em causa o processo de desconfinamento e retoma da economia, mas que neste momento naturalmente ainda é difícil antecipar em termos de dimensão e consequências.

Lisboa, 29 de março de 2021,

O Contabilista Certificado (Nº 29200):



(Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração:



(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)



(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)



(José Paulo Veríssimo da Silva Maia Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)



(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

